



Comunicação oral: Eixo 2 – Alfabetização e Letramento

**DESLOCAMENTOS ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE
ALFABETIZAÇÃO E O COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA
ALFABETIZADA: BREVES DISCUSSÕES**

Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte - FURG¹

Amanda Porto da Cruz - UFPEL ²

Anderson Luiz Gonzalez - FURG³

Neffar Jaqueline Azevedo Vieira de Assis Brasil - UFSM⁴

Resumo: O presente texto insere-se no debate sobre as políticas públicas de alfabetização infantil no Brasil e nas análises do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e In/Exclusão (GEIX/FURG) que envolvem as políticas educacionais. Tem o objetivo de apresentar breves discussões acerca dos deslocamentos entre a Política Nacional de Alfabetização (2019-2022) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023). Inspirado nos Estudos Foucaultianos em Educação, especialmente, na análise de discurso, esse trabalho partiu do seguinte questionamento: quais deslocamentos iniciais percebemos entre a Política Nacional de Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada? Para tal empreendimento, foram selecionados dois materiais: o Caderno da PNA e a Cartilha Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A análise apontou para uma série de deslocamentos significativos entre a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada que revelam mudanças nas abordagens, nos processos de formulação e nas concepções subjacentes à alfabetização infantil.

Palavras-chave: Políticas públicas. Alfabetização Infantil. Análise de discurso.

Introdução

Os discursos de alfabetização infantil vêm sendo construídos em diferentes momentos históricos e políticos, marcados por um complexo de lutas, embates presumidamente

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS. Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e In/Exclusão - GEIX/FURG. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8957372508972581>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7761-0921>.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Pelotas/RS. Professora da Educação Infantil no município do Rio Grande/RS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e In/Exclusão - GEIX/FURG e do Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente - CEPE/UFPEL. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6042989074578456>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2134-3232>

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e In/Exclusão - GEIX/FURG. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3075056497532819>. ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0004-0349-0671>.

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria(UFSM), Santa Maria/RS. Supervisora Escolar da rede municipal de Alegrete. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e In/Exclusão - GEIX/FURG. Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/9161923011901049> ORCID ID <https://orcid.org/0000-0002-5949-9788>



ideológicos, pressões econômicas, produções documentais e propostas institucionais. No interior destas disputas e em decorrência delas foi se consolidando o interesse pela alfabetização como fundamento de uma nova ordem política, econômica e social (UNESCO, 2003), ao mesmo tempo, em que se produziram saberes que se configuraram no seu processo de constituição como objeto de estudo, tematização, normatização e institucionalização.

Desse modo, problemas em relação à alfabetização infantil, especialmente, com relação aos métodos de ensino e formação de professores, passaram a ocupar não apenas os docentes envolvidos com o tema, como também uma variedade de especialistas – administradores, legisladores e intelectuais de diferentes áreas. Nessa teia de relações também estão engendrados os debates em torno da alfabetização em consonância com as recomendações dos organismos internacionais que impulsionam a efetivação de ações, justificadas pelas críticas à qualidade do ensino público, devido aos resultados insatisfatórios das avaliações externas de desempenho, no âmbito nacional e internacional. É nessa trama discursiva que vão se delineando as políticas educacionais para a alfabetização que se concretizam em formas de leis, planejamentos educacionais, normas de financiamento, formação continuada dos professores e programas de alfabetização.

Ao direcionarmos o olhar para as últimas políticas educacionais voltadas para a alfabetização infantil, no Brasil – a Política Nacional de Alfabetização (2019) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023) – percebemos a importância de colocá-las em suspeição, uma vez que suas implementações partem de discursos “engendrados na organização política, social e econômica atual, ou seja, discursos passíveis de serem pensados devido a uma racionalidade” (Bragamonte, 2022, p. 22).

Nesse sentido, o presente texto tem o objetivo de apresentar breves discussões sobre os deslocamentos entre a Política Nacional de Alfabetização (2019-2022) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023), a partir da seguinte questão: quais deslocamentos iniciais percebemos entre a Política Nacional de Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada?

Diante dessa problematização, selecionamos para as análises o Caderno da PNA (Brasil, 2019) e a Cartilha Compromisso Criança Alfabetizada (Brasil, 2023). É importante ressaltar que a escolha desses documentos foi devido à sua ampla divulgação como subsídios para ações concretas das políticas nos municípios e estados. Como sustentação teórica, utilizamos os Estudos Foucaultianos em Educação, em especial, a noção de discurso.

A noção foucaultiana do discurso na produção do percurso metodológico



[...] o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever [...] (Foucault, 2020, p. 59-60).

Para as análises que desenvolvemos, foi importante lançarmos mão da noção de discurso apresentada por Michel Foucault, sobretudo, na aula de 2 de dezembro de 1970, intitulada “A Ordem do Discurso” (Foucault, 2014). Para isso, abandonamos a busca por certo sentido oculto ou por incoerências nos documentos e procuramos ver a função que se pode atribuir àquilo que é dito, como é dito e no momento em que é dito, “o que acaba por possibilitar entendimentos particulares sobre como se delineiam as relações de força na sociedade, ou seja, as relações de poder e suas conexões com uma racionalidade política” (Bragamonte, 2022, p. 57).

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade [...] (Foucault, 2014, p. 8-9).

Nessa perspectiva, recorremos à noção foucaultiana do discurso para elaborarmos um percurso metodológico que nos permitisse dar visibilidade para alguns deslocamentos entre a PNA e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada de forma a produzir outros sentidos nas enunciações que chegam até nós e que passam a ser aceitas como verdades. Para isso, realizamos uma leitura atenta dos materiais e selecionamos palavras, frases, expressões e/ou fragmentos que nos possibilitassem perceber algumas mudanças de ênfases nas relações de poder/saber que atuam como uma espécie de delimitador daquilo que pode ou não ser dito, “de modo a marcar o pensamento de cada época em cada lugar” (Veiga-Neto, 2011, p. 99-100).

Além disso, Foucault (2014) aponta que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo.” Desta forma, ao adotarmos uma abordagem foucaultiana para analisarmos os deslocamentos entre a PNA e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, estamos atentos às dinâmicas subjacentes de poder e controle que moldam essas políticas. Essa análise nos permite compreender não apenas o que está sendo dito, mas quem tem o poder

de dizer e legitimar essas verdades, assim como as consequências políticas e sociais dessas enunciações.

Essas palavras, frases, expressões e/ou fragmentos extraídos do Caderno da PNA (Brasil, 2019) e da Cartilha Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023) foram “isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (Foucault, 1995, p.8) na tentativa de traçar capilaridades que evidenciassem na “arena [educacional], as disputas, imposições pelo que é válido ou não” (Ferreira; Traversini, 2013, p. 209).

Apesar do entendimento de que existem pontos de convergência entre a PNA e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, julgamos ser mais potente, neste momento, destacar alguns deslocamentos entre essas políticas. Essas são algumas questões que a análise foucaultiana de discurso nos provocou a desnaturalizar e a colocar em suspenso.

As políticas públicas contemporâneas para campo da alfabetização brasileira: Política Nacional Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Ao visualizar a proliferação de políticas públicas educacionais no contexto brasileiro é possível perceber a preocupação do interesse público e privado com o campo da alfabetização, o qual vem ocupando um lugar central nos debates atuais, produzindo políticas curriculares, formações continuadas para os docentes, discussões e debates diante do baixo índice de alfabetização na idade certa, por meio de diferentes avaliações nacionais e internacionais. Entendendo que as crianças se constituem com especificidades e saberes, é perceptível que as práticas que envolvem a docência e a educação das crianças entram em questão. Assim, o Ministério da Educação (MEC), aqui destacamos, em especial, o Governo Bolsonaro (2019-2022) e o atual Governo Lula (2023-2026), vem produzindo e investindo políticas direcionadas à alfabetização infantil. O que impulsiona produzir orientações para que cada criança alcance determinadas aprendizagens e desempenhos, seja na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental, ancoradas em princípios neoliberais.

Nessa direção, a Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 9.765/2019, embora revogada, produziu efeitos por meio de discursos e métodos baseados em evidência científica⁵, bem como narrando a condução do trabalho docente a fim de alcançar determinadas aprendizagens nos sujeitos infantis. Assim, tal política tinha “o objetivo de aprimorar a qualidade da alfabetização em todo o país e combater tanto o analfabetismo absoluto quanto o funcional” (Brasil, 2019). Seus seis componentes essenciais incluíam

⁵ Este termo é decorrente do campo da saúde e vem influenciando a tomada de decisões nas políticas públicas, como aquelas voltadas para a educação, em especial, no Governo Bolsonaro.



consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção escrita. No entanto, em seu período de implementação, a PNA suscitou debates sobre sua legitimidade e representatividade, uma vez que foi elaborada de forma unilateral, sem amplo envolvimento de diversos setores da sociedade.

Posteriormente, com a troca de Governo, mesmo ainda em processo de formulação, construção e interpretação, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, vem se consolidando como política vigente a partir do regime de colaboração⁶, o qual cada Estado e município, em parceria com as universidades e pesquisadores do campo da educação, devem apresentar/construir e articular sua política, contemplando ações, eixos, objetivos e premissas que abarcam as concepções expressas na Cartilha do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, produzindo também discursos intencionais a estes sujeitos.

Assim, a necessidade de problematizar os discursos nestas políticas é de grande relevância, ao compreendê-los enquanto estratégias que produzem verdades nesta racionalidade para além de escritos, entendendo estas produções discursivas “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.” (Foucault, 2020, p. ver página). Podemos dizer que tais discursos circulam por meio destas políticas de alfabetização e produzem determinadas maneiras de ser e estar em sociedade, seja por meio da condução do trabalho docente ou nos demais sujeitos que estão imersos neste processo.

Esta proliferação discursiva tem permitido visualizar o acirramento de princípios neoliberais na educação ao sustentar intencionalidades políticas, sociais e econômicas por meio de mecanismos de poder. Assim, tais discursos nesta discussão são entendidos enquanto arena em constante disputa de poder, ou seja, “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (Foucault, 2010, p. 253). Portanto, compreendemos que tais políticas estão imersas e são produzidas a partir de ênfases governamentais distintas conforme cada período que se pauta, logo, produzindo mobilidades e permanências, pois encontram-se em uma mesma racionalidade. É diante deste contexto que nos propomos a analisar tais deslocamentos, tendo em vista que esses discursos vêm produzindo novos contornos no que diz respeito à alfabetização, às políticas públicas educacionais, à docência e à infância.

Dos deslocamentos

⁶ O Ministério da Educação tem como premissa o fortalecimento do protagonismo e autonomia dos estados e municípios junto ao governo, por meio da governança.



Não procurei reunir textos que seriam, melhor que outros, fiéis à realidade, que merecessem ser guardados por seu valor representativo, mas textos que desempenharam um papel nesse real do qual falam, e que se encontram, em contrapartida, não importa qual seja sua exatidão, sua ênfase ou sua hipocrisia, atravessados por ela: fragmentos de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte (Foucault 2010, p. 206-207).

Apoiando-nos nessa maneira de operar com os discursos, não procuramos nada oculto, que estivesse “por trás” das coisas ditas, nem aquilo que “queria dizer mesmo”. Nossa intenção foi deixar visível exatamente o que já está visível, ou seja, fazer “aparecer o que está tão perto, o quão é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que exatamente por isso não o percebemos [...] fazer ver o que vemos” (Foucault, 2006, p. 42-43), ou seja, “sacudir as evidências”. Nesse sentido, procuramos capturar alguns deslocamentos entre as duas últimas políticas de alfabetização, instituídas no país, com o intuito de torná-los visíveis e compreensíveis.

Para entendermos esses deslocamentos foi preciso fazer e refazer operações de síntese, na tentativa de traçar as estreitas conexões, as capilaridades e a solidariedade entre os diferentes elementos que se destacavam nos materiais selecionados. Esses deslocamentos, portanto, não foram entendidos como classificações, mas como uma maneira que encontramos “de lidar com a topologia dos discursos. São recortes que impomos nas séries de [enunciações] em relação às suas aproximações e modulações” (Saraiva, 2009, p. 145). Inicialmente, destacamos três deslocamentos: a) os processos de formulação; b) a relação com as demais leis vigentes - Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014); c) o entendimento de alfabetização.

O primeiro deslocamento que percebemos entre a Política Nacional de Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada está relacionado aos processos de formulação de cada uma. A PNA foi apresentada sem nenhum debate com as universidades públicas, grupos de pesquisa, associações, pesquisadores, professores alfabetizadores, sendo somente discutida com um grupo restrito “de eminentes cientistas, especialistas, pesquisadores” (Brasil, 2019, p. 19) e empresários. Além do mais, nessa Política, tudo ficou centralizado no Governo Federal, transformando os estados e municípios em meros espectadores de sua construção.

Por meio da PNA, o governo federal, através do Ministério da Educação, assume a função redistributiva e supletiva que compete à União, [...] Essa assistência **se concretiza em programas e ações destinados à alfabetização,** cuja **coordenação estratégica cabe ao Ministério da Educação** (art. 10), e aos quais poderão aderir de forma voluntária os entes federativos [...] observando-se ainda o **princípio da integração e cooperação** entre os entes federativos (Brasil, 2019, p. 40 - grifos nossos).



Já a nova política de alfabetização, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada foi organizada em um regime de colaboração e corresponsabilização com diferentes atores, mobilizando o engajamento da sociedade, com o intuito de garantir o protagonismo dos estados e municípios na construção das políticas de alfabetização de seus territórios. Ela é o resultado de um processo coletivamente negociado.

O Compromisso foi desenhado por **múltiplas mãos** e contou com **amplo engajamento de representantes dos estados e municípios, universidades, professores e especialistas** para sua formulação. É nesse **espírito de colaboração e parceria** que queremos transformar a educação do nosso país. VAMOS JUNTOS? (Brasil, 2023, p. 3 - grifos nossos).

Ainda seguindo seus processos de formulação, percebemos que a PNA foi uma política instituída com base em uma determinada perspectiva da ciência cognitiva da leitura, que, desde 2003, um determinado grupo de pesquisadores e empresários queria impor como única forma de alfabetizar. Eles também tomam como princípio uma face autoritária e mercadológica dessas práticas, a partir de uma proposta de padronização total do ensino e da aprendizagem (Morais, 2019).

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) é uma **política de Estado instituída** para fomentar programas e ações voltados à alfabetização **com base nas mais recentes evidências científicas**, no intuito de melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional no território brasileiro (Brasil, 2019, p. 40 - grifos nossos).

O **ensino do conhecimento fônico se mostra eficaz quando é explícito e sistemático** (com **plano de ensino que contemple um conjunto selecionado de relações fonema-grafema**, organizadas em sequência lógica) (CARDOSO-MARTINS; CORRÊA, 2008). Assim, **as crianças aplicam na leitura** de palavras, frases e textos **o que aprendem sobre as letras e os sons**. Portanto, a **instrução fônica sistemática e explícita** melhora significativamente o reconhecimento de palavras, a ortografia e a fluência em leitura oral (MULDER et al., 2017; **CARDOSO-MARTINS; BATISTA**, 2005) (Brasil, 2019, p. 33 - grifos nossos).

Observamos que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em seu processo de formulação, tem um desenho baseado em aprendizados de experiências nacionais anteriores e em programas de alfabetização que já foram desenvolvidos no país, possibilitando o diálogo com as produções científicas educacionais nacionais e internacionais e permitindo a circulação da multiplicidade de concepções e metodologias sobre a alfabetização, tal como destaca a Cartilha: **“identificar, reconhecer, [...] disseminar** práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização” (Brasil, 2023, p. 14 - grifos nossos).

No segundo deslocamento, a **“priorização da alfabetização no 1º ano** como uma das diretrizes da PNA” (Brasil, 2019, p. 32 - grifos nossos), foi um importante ponto de debate sobre a divergência com as demais legislações brasileiras, tais como o Plano Nacional de



Educação e a Base Nacional Comum Curricular. Tanto o PNE quanto a BNCC sustentam a ideia de um ciclo para alfabetização (PNE até o 3º ano; BNCC até o 2º ano), o que não foi levado em consideração na PNA. Já o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, retoma essa perspectiva de ciclo de alfabetização, colocando o “**foco [em] alfabetizar na idade prevista na BNCC**” (Brasil, 2023, p. 9 - grifos nossos) e em “Garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental (meta 5 do PNE)” (Ibidem, p. 7).

O terceiro deslocamento que destacamos, trata-se do entendimento de alfabetização que atravessa as estratégias elencadas em cada uma das políticas analisadas neste texto. Na PNA, alfabetizar é “ensinar [...] as **regras de decodificação e de codificação**, [isto é, se] alguém é **alfabetizado**, significa que é **capaz de decodificar e codificar** qualquer palavra em sua língua” (Brasil, 2019, p. 19 - grifos nossos). Nesse sentido, as estratégias didáticas propostas por essa Política são perpassadas por um trabalho mecânico e padronizado, por meio do treinamento de fonemas isolados e propostas descontextualizadas, que possibilita uma homogeneização das práticas pedagógicas.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem a intenção de fomentar “práticas **apropriadas à faixa etária e ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos educandos**” (Brasil, 2023, p. 13 - grifos nossos), por isso, apresenta estratégias para alfabetizar no contexto das práticas sociais de leitura, escrita e oralidade. Essa estratégia reflete a importância de ampliar as práticas de letramento como uma opção política por democratização do acesso ao mundo da leitura e da escrita.

Cabe salientar que ao tentar identificar alguns deslocamentos nas formulações, nos contornos e no entendimento de alfabetização, buscamos traçar um panorama das diferentes abordagens e enfatizar como esses discursos se apoiam em determinadas verdades vinculadas a uma racionalidade política específica. Dessa forma, ao reconhecermos as especificidades de cada política e seus deslocamentos, podemos ampliar nosso entendimento sobre as práticas de alfabetização no contexto educacional brasileiro e refletir criticamente sobre os rumos dessas iniciativas.

Considerações finais

Nas análises dos deslocamentos entre a Política Nacional de Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada nossa intenção não foi mostrar os prós e contras, a partir de uma divisão binária entre o bem e o mal, nem produzir um juízo valorativo. No lugar disso, consideramos mais produtivo desenvolver um exercício de problematização sobre os discursos que circulam nessas políticas, a fim de contribuir para o debate. Tal exercício possibilitou-nos olhar para esses deslocamentos não como supressões, mas como ênfases



discursivas que se apoiam e se sustentam em determinadas verdades, vinculadas em uma racionalidade política.

Além disso, ao examinarmos criticamente os deslocamentos entre a Política Nacional de Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, evidenciamos a necessidade de uma abordagem mais contextualizada e flexível no desenvolvimento de políticas educacionais. Ao invés de adotar uma visão unificada da alfabetização, é de suma importância reconhecer a diversidade de práticas pedagógicas e contextos sociais que perpassam a aprendizagem da leitura e escrita. A reflexão sobre esses deslocamentos é um convite a repensar o papel do Estado, das instituições educacionais e da sociedade civil na promoção de uma educação mais humana, inclusiva e eficaz.

Referências

- BRAGAMONTE, P. L. de A. *Governamentalidade neoliberal e os deslocamentos no eixo da inclusão nos discursos de alfabetização infantil da PNA (2019-2022)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28234> . Acesso em: 29 mar. 2024.
- BRASIL. *Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 30 mar. 2024.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> . Acesso em: 30 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PNA: Política Nacional de Alfabetização. Caderno de Apresentação*. Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao/CADERNO_PNA_FINAL.pdf/view . Acesso em: 12 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Cartilha Compromisso Criança Alfabetizada*. Brasília: MEC, 2023. 20 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/cartilha.pdf> . Acesso em 12 mar. 2024.
- FERREIRA, M. dos S. TRAVERSINI, C. S. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/17016> . Acesso em: 30 mar. 2024.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, M. —*Est-il donc important de penser?*ll (entretien avec D. Éribon), *Libération*, n. 15, 30-31 maio 1981, p. 21. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits IV (1980- 1988)*. Paris: Gallimard, 2006.
- FOUCAULT, M. *Conversa com Michel Foucault*. In: FOUCAULT, M. *Repensar a política*. Ditos & Escritos VI. 1a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 289-347. 390p.



FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

MORAIS, A. G. *Consciência fonológica na Educação Infantil e no ciclo de alfabetização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SARAIVA, K. Diário de uma pesquisa off-road: análise de textos como problematização de regimes de verdade. In: FERREIRA, T.; SAMPAIO, S. M. V. (Org.). *Escritos metodológicos: possibilidades na pesquisa contemporânea em educação*. Maceió: EDUFAL, 2009. p.13-34.

UNESCO. *Alfabetização como liberdade*. – Brasília: UNESCO, MEC, 2003. 72 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130300> . Acesso em: 29 mar. 2024.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. Coleção Pensadores & Educação, Autêntica, 3ª edição, 2011.

